



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E MINORIAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 2054/07	DATA: 14/11/2007
INÍCIO: 11h57min	TÉRMINO: 13h03min	DURAÇÃO: 1h06min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 1h06min	PÁGINAS: 15	QUARTOS: 14

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

PHILIP ALSTON - Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

SUMÁRIO: Debate sobre temas abrangidos pela missão oficial ao Brasil do Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

OBSERVAÇÕES



O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Declaro abertos os trabalhos da presente reunião de audiência pública, que tem como finalidade debater temas abrangidos pela missão oficial ao Brasil do Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, o australiano Philip Alston, e oferecer a este subsídios para a elaboração de seu relatório.

O mecanismo de Relatores Especiais da ONU garante o monitoramento internacional das violações de direitos humanos e é um dos mais bem avaliados instrumentos do sistema internacional de proteção desses direitos.

A eficácia das visitas dos Relatores, entretanto, depende dos meios que são colocados à sua disposição para o fiel diagnóstico das violações e das medidas que vêm ou não sendo tomadas para o seu enfrentamento.

Nesse sentido, tendo em vista que o Brasil deve reger-se nas suas relações internacionais pelo princípio da prevalência dos direitos humanos, consideramos fundamental a colaboração deste Poder Legislativo com o Sr. Philip Alston, por meio da realização de audiência pública, pois o encontro proporcionará a este informações relevantes para a elaboração do seu relatório.

Convido para compor a Mesa o Relator sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias da ONU, o australiano Philip Alston, e seu tradutor; o Sr. Relator da CPI do Sistema Carcerário, Deputado Domingos Dutra; e o 3º Vice-Presidente da Comissão de Direitos Humanos, Deputado Pastor Manoel Ferreira.

Em primeiro lugar, Sr. Relator, queremos entregar-lhe relatório sobre os esforços do Poder Legislativo federal no enfrentamento às execuções extrajudiciais, sumárias ou arbitrárias. Também queremos entregar um CD com o relatório de uma CPI concluída em 2005 sobre grupos de extermínio na Região Nordeste do Brasil, em que se mostra toda a realidade, com números, proposições encaminhadas ao Poder Público, bem como solicitações de que inquéritos fossem abertos para que algumas autoridades fossem ouvidas.

Lembro os Srs. Parlamentares de que o Relator só pode permanecer até as 13 horas, porque tem uma audiência no STF.

Passo a palavra, para sua saudação inicial, ao Sr. Philip Alston.

O SR. PHILIP ALSTON (*Exposição em inglês. Tradução.*) - Muito obrigado, Sr. Presidente. É uma grande honra estar aqui.



Considero muito importante o trabalho desta Comissão, assim como o do Congresso Nacional com um todo na área de defesa dos direitos humanos.

Já estudei cuidadosamente o relatório produzido sobre os extermínios no Nordeste, mesmo assim agradeço ter recebido uma cópia eletrônica.

Penso que todos têm uma boa idéia de quais são as questões que me preocupam na minha visita ao Brasil. Já conduzi muitas reuniões no País. Hoje, às 16 horas, apresentarei à mídia minhas impressões iniciais, numa coletiva para a imprensa.

Esse relatório inicial será bastante breve, tendo aproximadamente 4 páginas. O relatório final, este sim, será bem maior e será entregue no final de março. O plano é que nesse mesmo momento seja entregue também uma versão em português.

Agradeço à Presidência pela oportunidade de me reunir no Congresso. Gostaria muito de ouvir os comentários dos integrantes da Comissão, assim como os das outras pessoas presentes. Posso responder perguntas, mas não posso entrar em detalhes específicos sobre meu trabalho antes de efetivamente publicar o relatório. Não gostaria apenas de falar e, sim, de ter uma reunião interativa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Temos uma lista de Parlamentares inscritos para falar. Darei a palavra aos Srs. Parlamentares por 5 minutos, para que, ao final, tenhamos ainda a palavra do Sr. Relator da ONU.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Alencar, do PSOL do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Boa-tarde a todos, especialmente ao Sr. Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias.

Em primeiro lugar, em nome do Poder Público do Estado do Rio de Janeiro, quero pedir desculpas, sem estar especificamente delegado para isso, pelo fato de o Governador do Rio de Janeiro não ter recebido o Relator da ONU, alegando, inclusive, que não tinha sido formalizado o pedido. Estão aqui os Deputado Pastor Manoel Ferreira, Fernando Gabeira e eu, todos do Rio de Janeiro. Então, por favor, V.Sa. considere-se recebido mais uma vez pelo Poder Público do Rio de Janeiro, pois estive lá não só numa unidade da Polícia Militar, mas também na Assembléia



Legislativa, onde o Estado de alguma maneira se fez presente. Esse gesto do Governador Cabral não é estranho a nós.

Ao tempo em que encaminho mais um relato da minha lavra sobre a visita à comunidade da Grota, no Complexo do Alemão, na condição de mandatário desta Comissão, por ocasião de uma operação militar rumorosa ocorrida ali — entregarei isso a V.Sa. —, quero dizer que esta Comissão não mereceu, exceto agora, há poucos dias, e de maneira pífia, resposta do Governador do Estado em relação a requerimentos que este Poder Legislativo fez no dia 28 de junho e, depois, no dia 8 de julho, quanto a essas operações no Complexo do Alemão. Então a transparência que pregamos tanto na nossa República, que amanhã, 15 de Novembro, faz 118 anos, não tem acontecido no nível desejado nas relações desta Comissão com o Governo do Rio de Janeiro e em outras situações no País. Mas cumprimos nossa tarefa, nossa função, nossa obrigação.

Quero fazer uma consideração e uma indagação e gostaria de ouvir a opinião de V.Sa. a respeito. Parece-me que a maioria dos casos de execução sumária, arbitrária ou extrajudicial muitas vezes têm respaldo da opinião média da população, do senso comum. Há uma consigna, inclusive muita repetida no Rio de Janeiro e que já foi até objeto de campanha eleitoral, segundo a qual bandido bom é bandido morto.

V.Sa. percebeu no Brasil, como apreensão até do ponto de vista sociológico, que há um pouco esse respaldo da opinião média da população a esse tipo de ação? E isso não estaria sendo até estimulado por autoridades quando dizem que, na verdade, não se pode receber bandido com flores? Isso, aliás, é óbvio, mas nesse contexto de políticas de confronto acaba sendo um estímulo até a políticas de extermínio.

Há ainda o problema da invisibilidade da população mais pobre. Recentemente, o Secretário de Segurança do nosso Estado, uma pessoa de boas idéias, esclarecida, mas que, no calor da hora, tem defendido situações meio indefensáveis, disse que uma ação militar com tiros em Copacabana é diferente de uma ação na Zona Oeste ou no subúrbio, porque lá há toda uma população em torno da favela, onde haveria o núcleo do varejo, na verdade, do tráfico ilícito de drogas e do armamentismo ilegal. Então se diferenciam as populações a serem



atingidas. Um jornal de grande circulação chegou a estampar a seguinte manchete: “Tiroteio na Rocinha deixa moradores de São Conrado em claro a noite toda”. Ou seja, o morador é o de São Conrado, não o da Rocinha. Gostaria de ouvir suas considerações a respeito desse problema.

Por fim, faço uma comparação. O Brasil tem avançado muito na questão dos direitos humanos e do cuidado com as populações pobres. Ouvi sua informação hoje de que países que eram violadores dos direitos humanos hoje já têm política de defesa desses direitos. Claro que o período das ditaduras militares foi superado, mas esse contexto que leva 30 jovens, principalmente, a morrer entre sexta-feira e segunda-feira de manhã, sobretudo nas grandes regiões metropolitanas do Brasil, é comum a outros países, do Terceiro Mundo pelo menos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Concedo a palavra à Deputado Iriny Lopes, do PT do Espírito Santo.

A SRA. DEPUTADA IRINY LOPES - Bom-dia a todos.

Quero dar prosseguimento à linha já iniciada pelo Deputado Chico Alencar. No Brasil, temos percebido claramente um tratamento diferenciado em relação às populações de zonas em que a violência vai atingindo limites insuportáveis. E essa diferenciação não é endereçada à proteção dos que vivem onde esse nível de violência é identificado como crescente, mas exatamente para proteger as populações contíguas àquelas áreas.

Assistimos a isso com preocupação e pesar, e é inevitável fazer uma comparação com o que aconteceu durante o regime de *apartheid* na África do Sul, onde esse tipo de procedimento era bastante comum. Vimos o resultado dessa segregação e da violação dos direitos humanos ali. Trata-se de situação muito presente no Rio de Janeiro, mas não exclusivamente no Rio de Janeiro. Podemos observar o mesmo no mapa da violência no Brasil como um todo. É fundamental que essa questão seja enfrentada por todos nós.

Há um segundo ponto que gostaria de apresentar para reflexão de todos e, se possível, para ser objeto de observação do Sr. Relator.

Trata-se de tema recorrente: no Brasil, não temos pena de morte formal, legal. Sempre que nos deparamos com casos rumorosos e de grande repercussão na sociedade, o debate acerca da pena de morte e da redução da maioria penal



retorna à pauta, em especial a do Congresso Nacional. Porém, na prática, assistimos a uma pena de morte decidida, executada por parcela do Estado brasileiro, por meio de parte das forças de segurança desse mesmo Estado, que tem sido responsável por acentuado crescimento dos índices de homicídios nos grandes centros urbanos.

Esse é um fenômeno recorrente na história do Brasil, mas mais acentuado da década de 70 para cá, quando os esquadrões da morte começaram a ampliar sua atuação em diversos Estados.

O índice de punição nesses casos, se não for zero, é perto de zero. As denúncias contra agentes do Estado que cometem tal tipo de homicídio, em geral, não têm sequer concluídos os inquéritos. Punição, então, é algo raríssimo, ocorre apenas quando os casos conseguem algum nível de repercussão fora das áreas de população de mais baixa renda.

O enfrentamento dessas questões, entre outras, é fundamental em nosso País.

Encerro, senhores, registrando fato que preocupa todo militante de direitos humanos: a criminalização dos movimentos sociais, em especial dos movimentos de defesa dos direitos da pessoa humana.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputada Iriny Lopes.

Concedo a palavra ao Deputado Domingos Dutra, do PT do Maranhão.

O SR. DEPUTADO DOMINGOS DUTRA - Bom-dia a todos.

Saúdo, de maneira especial, o Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto, e os demais integrantes da Mesa e dou boas-vindas ao Sr. Relator da ONU.

Sou autor de requerimento para que se investigue a situação do sistema carcerário deste País e estou à frente da Relatoria da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem o objetivo de investigar a superlotação nos presídios e as conseqüências negativas desse fato, a corrupção no sistema carcerário, o funcionamento das organizações criminosas no interior dos presídios, os custos sociais e econômicos das prisões brasileiras, bem como a condição de saúde dos presidiários.



Preside essa Comissão Parlamentar de Inquérito o Deputado Neucimar Fraga, que também faz parte desta Mesa.

A CPI está em andamento, mas já podemos constatar 3 situações que vamos apresentar aqui rapidamente.

Apesar de não haver estatísticas confiáveis sobre vários aspectos do sistema carcerário, noticia-se que cerca de 800 detentos foram executados no interior dos presídios. Neste momento, em Pernambuco, está ocorrendo uma rebelião, e a imprensa noticia que 4 ou 6 presos foram mortos no interior do Presídio Aníbal Bruno.

A Comissão Parlamentar de Inquérito esteve em Ponte Nova, Município do Estado de Minas Gerais, onde 25 presos morreram queimados em uma cela de delegacia. Quase todas as celas daquela delegacia estavam superlotadas.

O prazo de conclusão dos trabalhos da CPI é 23 de dezembro, e, tão logo seja concluído o relatório, uma cópia chegará às mãos de V.Sa.

Outra situação que quero registrar é relativa à execução de lideranças camponesas por meio da pistolagem. No Nordeste, no Centro-Oeste e no Norte do Brasil várias lideranças camponesas foram assassinadas por pistoleiros pagos, ou seja, foram vítimas de crimes encomendados em geral por latifundiários. E, às vezes, isso ocorre por omissão do Estado, porque, em muitos casos, as lideranças registraram queixas na delegacia. Eram ameaças públicas, veiculadas em jornais, registradas em entidades de direitos humanos. Apesar da publicidade, muitas lideranças foram executadas, deixando viúva e filhos. E, o mais grave: são pouquíssimos os casos em que houve julgamento de mandantes e executores.

Grande parte dos casos de execução sumária no campo decorre do conflito pela posse da terra, e não há julgamento. Portanto, existe impunidade, com prejuízo para viúvas e órfãos, que não podem ingressar em juízo para que o Estado faça a reparação dos danos materiais e morais, porque não houve julgamento.

Deputado Luiz Couto, precisamos tratar aqui também do caso das viúvas de lideranças camponesas. Vamos retomar esse debate, para que, pelo menos, o Estado seja responsabilizado civilmente pelos danos morais e materiais que as famílias sofrem por terem perdido um ente que ousou atuar no campo na luta pela reforma agrária, na luta pela justiça no campo.



Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado.

Com a palavra o Deputado Pastor Manoel Ferreira, do PTB do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO PASTOR MANOEL FERREIRA - Sr. Presidente, Deputado Luiz Couto; Sr. Relator da ONU, Sr. Philip Alston, Sras. e Srs. Deputados, demais presentes, quero referendar o que já disseram aqui os Deputados Chico Lopes, Fernando Gabeira, Dr. Talmir e outros no sentido de que o Sr. Philip é muito bem-vindo ao Brasil, em especial, ao meu Estado do Rio de Janeiro.

A sua presença em nosso meio nos traz alguma esperança, alguma expectativa de que a ONU, tomando conhecimento da situação em que se encontra o nosso País, especialmente no que tange à violência, possa nos trazer alguns benefícios no futuro.

Depois que a polícia carioca passou a subir os morros para enfrentar bandidos e traficantes, numa tática de guerra em que os soldados soltam rajadas de balas de metralhadoras e de outras armas pesadas sem perguntar quem está na frente, a Ordem dos Advogados do Brasil — Seção Rio de Janeiro qualificou a existência de uma política de extermínio. E isso nos causa profunda preocupação.

Evidentemente, essa política de enfrentamento não vai resolver o problema da violência do Estado do Rio de Janeiro. É necessário rigor na repressão, mas, além disso — e a nossa sugestão sempre tem sido nesse sentido —, é necessário que haja uma política de inteligência e de assistência às pessoas menos possibilitadas, com menos recursos, especialmente dos morros e das favelas.

Ainda recentemente, numa fala muito infeliz, disse o Governador Sérgio Cabral que as favelas e morros do Rio de Janeiro são fábricas de marginais. Isso foi manchete do jornal *Folha de S.Paulo*, que estampou em primeira página, em letras garrafais: *Favelas e morros do Rio de Janeiro são fábricas de marginais*, sem nenhum respeito às pessoas pobres, aos menos favorecidos pela sorte que ali vivem. A mencionada reportagem trouxe ainda uma sugestão — e o jornal *O Globo* também noticiou: *A solução para a violência está na legalização do aborto*. Ora, essa é outra abordagem muito infeliz, porque não dar o direito de nascer àquele que está no ventre materno, no útero, é outra agressão sem igual.



Portanto, Sr. Philip, além do seu relatório à ONU, é preciso que haja uma manifestação severa e segura com relação à violência do Rio de Janeiro.

Finalizando, Sr. Presidente, enfatizo que não temos um sistema carcerário digno. Temos aqui um sistema cruel, em que não há possibilidade de recuperação de presos e de bandidos, mas, sim, uma escola de marginalidade. Quando saem da prisão, em geral, eles estão mais terríveis e mais violentos, o que, evidentemente, aumenta o risco de reincidência de crimes.

São as nossas preocupações e a nossa palavra, esperando que a ONU se manifeste por meio do seu relatório e dê prosseguimento a esse trabalho no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Muito obrigado, Deputado Pastor Manoel Ferreira.

Com a palavra o Deputado Fernando Gabeira, do PV do Rio de Janeiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO GABEIRA - Inicialmente, quero saudar o Sr. Philip Alston e dizer que, no mesmo momento em que S.Sa. chega ao Brasil, um Relator brasileiro da ONU está chegando a Rangoon, em Myanmar, o que mostra que o Brasil está perfeitamente integrado nessa preocupação da ONU com os direitos humanos.

Quero apenas apresentar algumas observações bastante pessoais.

O Brasil vive hoje, Sr. Relator, aguda polaridade entre defensores dos direitos humanos e os que rejeitam a idéia de defender esses direitos. Temos vários caminhos pela frente. O primeiro deles é aprofundar essa divergência; o segundo, estabelecer pontes de entendimento, uma vez que, além da questão dos direitos humanos, temos de resolver o problema da segurança pública, que envolve todos. A questão dos direitos humanos tem surgido como uma variável do combate à insegurança das cidades brasileiras.

Tenho a impressão de que, nos últimos anos, todo o nosso trabalho em prol dos direitos humanos no Brasil se concentrou na defesa das pessoas ameaçadas pelo aparato estatal. Temos combatido atos que partem do aparato estatal. No entanto, ao longo desse tempo, formaram-se instituições criminosas que têm grande peso em São Paulo e no Rio de Janeiro, e a maneira de agir dessas organizações desrespeita os direitos humanos.



Não temos tido uma resposta adequada dos movimentos quanto ao desrespeito aos direitos humanos praticado por esses grupos informais organizados no Brasil. Nem temos tido, em relação aos policiais brasileiros atingidos em combate, o mesmo tipo de preocupação que países como Israel têm com os seus soldados. Dessa forma, às vezes, fica a impressão de que os direitos humanos são das pessoas protegidas contra o Estado, mas que não há a preocupação com o bem-estar e com a situação dos que trabalham para manter a segurança.

Pretendo trabalhar no sentido de estabelecer pontes e não no de aprofundar essas divergências. Existem algumas medidas importantes para isso, e a ONU pode contribuir. Uma delas — e podemos avançar mais — é rever as estruturas que cobrem os direitos humanos no Brasil, as estruturas oficiais mantidas pelo Governo. Seria interessante que a ONU, a partir da experiência irlandesa, a partir da experiência da Sra. Mary Robinson, que esteve na ONU durante muito tempo, contribuísse para que o Brasil tivesse estruturas de direitos humanos com orçamento próprio, independentemente da estrutura governamental. Isso já nos daria grande possibilidade de avançarmos nessa questão.

Um outro ponto que talvez valesse a pena considerar é relativo aos relatórios da ONU que foram publicados no Brasil com dados que não eram muito precisos e que, por isso, foram rejeitados pelo Estado de São Paulo. Então, seria interessante evitar sempre essas divergências de dados, para que os relatórios não ficassem enfraquecidos quando chegassem à opinião pública.

No caso do Rio de Janeiro, Sr. Relator, haveria uma margem de reflexão positiva. Essa é uma posição pessoal — e não sei se os companheiros concordam comigo. Não é a minha intenção apresentar uma posição coletiva, mas acredito que há uma possibilidade de avaliarmos a experiência vitoriosa do Brasil no Haiti. Estive lá por 2 vezes examinando essa experiência de controle da violência nas comunidades de Bel Air e Cité Soleil.

O fato é que ainda temos no Brasil tentativas de controle que produzem muitos mortos e muitos efeitos seculares. Ao passo que lá, graças a uma estrutura social e militar melhor montada, há um trabalho de informação mais afinado, e o número de mortes é muito menor. É possível realizar o trabalho sem que haja mortes secundárias.



Então, dentro da sua própria estrutura, da sua própria experiência, talvez o Brasil já tenha elementos para superar a ocorrência de mortes desnecessárias, como as que muitas vezes têm acontecido nas favelas do Rio de Janeiro.

Portanto, o Brasil poderia aprender com ele próprio e também com a ONU, uma vez que a nossa presença no Haiti é um compromisso com a ONU.

Eram as observações que tinha a fazer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Obrigado, Deputado Fernando Gabeira.

Com a palavra o Deputado Neucimar Fraga, do PR do Espírito Santo.

O SR. DEPUTADO NEUCIMAR FRAGA - Bom-dia a todos.

Cumprimento o Sr. Philip Alston, Relator da ONU; o Deputado Luiz Couto, Presidente desta Comissão; o Deputado Domingos Dutra, Relator da CPI do Sistema Carcerário, a qual tenho a oportunidade de presidir; o Deputado Pastor Manoel Ferreira; os demais Parlamentares e convidados presentes.

O nosso País tem muitos desafios, e precisamos de parceiros para nos ajudar a vencê-los. Toda ajuda, portanto, será bem-vinda no Brasil, porque temos consciência de que o problema da violência que hoje enfrentamos tem dizimado milhares de pessoas todos os anos, e precisamos realmente do apoio de todos aqueles que se propõem a difundir a paz no mundo.

Quero falar especialmente sobre o sistema carcerário. Na condição de Presidente da CPI, vejo que estamos diante de problema muito sério. O Brasil ainda não aplica a pena de morte, mas temos aqui a morte sem pena. De janeiro de 2006 a junho de 2007, foram quase 1.800 as mortes ocorridas dentro do sistema prisional. Não sei os países que aplicam a pena de morte como pena máxima alcançaram número similar ou igual a esse com execuções garantidas por meio de instrumentos judiciais. Se não investirmos no sistema carcerário, de pouco vão servir os investimentos que o Governo está fazendo em segurança pública. Hoje, mais de 60% dos crimes aqui registrados são comandados de dentro das cadeias públicas, de dentro do sistema penitenciário — assaltos, seqüestros, tráfico de drogas, de armas etc. Todas essas modalidades de crimes são comandadas de dentro das cadeias brasileiras.



O sistema carcerário brasileiro, que deveria servir para interromper a trajetória do criminoso, passou a ser um salvo-conduto para o crime. Então, ou enfrentamos esse problema ou não resolveremos o problema da segurança no Brasil. Só este ano, já ocorreram mais de 30 mil fugas do sistema prisional brasileiro. As prisões são feitas com alguma dificuldade pela polícia, a Justiça é morosa, e, mesmo nos casos julgados e condenados, o Estado não consegue garantir que o criminoso permaneça em um local sem acarretar novos riscos para a sociedade.

A propósito, quero também fazer uma sugestão para a ONU: o problema da segurança no Brasil hoje está relacionado ao tráfico de armas, que é muito grande. O tráfico de armas é responsável por boa parte das mazelas que enfrentamos no setor de segurança. Dessa forma, é fundamental que os representantes da ONU pensem numa forma de proibir as exportações de armas para cá e para os países vizinhos, como o Paraguai, a Venezuela e a Bolívia. A maior parte das armas que chegam clandestinamente ao Brasil entra por intermédio desses 3 países.

Muitas vezes, por meio de resoluções, são impostos boicotes econômicos a alguns países que não respeitam os direitos humanos ou que vivem em estado de guerra. Proponho, então, que a ONU pense numa forma de proibir a exportação de armas, principalmente para o Paraguai. O Brasil já não exporta mais armas e munições para o Paraguai, mas os Estados Unidos e alguns países da Europa e da Ásia continuam vendendo para aquele país, e 80% dessas armas vêm para o Brasil, fazendo milhares de vítimas todos os anos. Quase 40 mil pessoas são assassinadas anualmente aqui. Se houvesse uma resolução da ONU proibindo a exportação de armas, principalmente para o Paraguai, poderíamos reduzir significativamente o número de mortes no Brasil, e conseguiríamos amenizar também a violência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Informo que às 12h50min, passarei a palavra para o Dr. Philip Alston, que terá 10 minutos para fazer suas observações finais, uma vez que às 13h S.Sa. terá de sair.

Com a palavra o Dr. Talmir. S.Exa. disporá de 2 minutos e meio.

O SR. DEPUTADO CHICO ALENCAR - Sr. Presidente, pela ordem.

Seria interessante, uma vez que o Deputado Neucimar Fraga falou da questão das armas, e estamos em vias de votar uma alteração no Estatuto do



Desarmamento no sentido de ampliar a possibilidade do armamento do indivíduo, ouvir uma consideração a respeito disso.

O SR. DEPUTADO DR. TALMIR - Sr. Philip Alston, gostaria que fosse considerado o fato de que, estatisticamente, o Brasil ocupa o quarto lugar em número de homicídios em âmbito mundial. Isso é muito preocupante.

A preocupação que tenho é no sentido de que a ONU faça uma avaliação sobre a interferência na mentalidade social do capitalismo brutal, que, no Brasil, hoje está traduzido por um neoliberalismo falso, em que a desigualdade premente leva à violência. E, como a ONU está muito próxima dos países mais ricos do mundo, do G-7, eu gostaria que isso fosse levado em consideração, que fosse levado a efeito esse relatório. Os países da América Latina são muito pressionados nesse sentido. Então, a convivência de pessoas infiltradas no Governo brasileiro junto com a ONU faz com que realmente o País não saia dessa condição de desigualdade social.

Quero também dizer a V.Sa. que, no dia 20 próximo, realizaremos uma audiência pública sobre o caso da Sra. Ingrid Bittencourt, presa há 5 anos pelas FARC, e dos brasileiros presos na Venezuela e nas Guianas.

A propósito, informo que representarei esta Comissão na Bélgica, onde discutiremos a situação dos brasileiros que estão sofrendo no exterior, não só na Europa, mas também no Japão.

Vou concluir, Sr. Presidente. No Brasil, temos um problema muito sério, para cuja solução gostaria que houvesse a colaboração da ONU. É preciso haver transparência nos presídios, que a mídia saiba o que ocorre neles. Hoje, a imprensa não consegue entrar nos presídios. Não sabemos o que ocorre lá. Há superlotação, não há ressocialização e não há participação da imprensa.

Obrigado, Sr. Alston.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Dr. Alston, no Brasil, os grupos de extermínio agem como braços armados do crime organizado e também para realizar a chamada lavagem do dinheiro. É uma ação articulada. Onde houver uma ação do crime organizado, há um braço armado a serviço para matar concorrentes ou defensores dos direitos humanos ou pessoas contrárias. São ameaçadas de morte e muitas são executadas.



É a ausência do Poder Público que faz com que essas organizações estejam presentes. Há um momento em que elas têm a confiança da comunidade. Depois, elas começam a agir contrariamente à comunidade. É preciso enfrentar esse esquema, em que de um lado estão os mandantes e na outra ponta os protetores. São eles os responsáveis por isso. Dão respaldo à ação da execução, dão apoio. Há autoridades omissas, que sabem e não querem reconhecer, e autoridades coniventes, que apóiam, incentivam, até investem nessas organizações. Então, deve-se fazer um combate aos 2 pólos: os mandantes, que nunca aparecem, e os protetores, que não deixam que as investigações se aprofundem e cheguem aos resultados que esperamos.

Há projeto de lei de nossa autoria para tipificar o crime de extermínio. No Brasil, não há tipificação. Trata-se a ação como homicídio. Então, pedimos também à Relatoria que recomende ao Governo brasileiro que esse projeto seja aprovado, tipificando o crime de extermínio ou de execução em nosso País.

Concedo a palavra, para os seus comentários e suas respostas, ao Dr. Philip Alston, Relator da ONU.

O SR. PHILIP ALSTON - *(Exposição em inglês. Tradução)* - Muito obrigado. Agradeço todos os comentários. Com certeza, uma das coisas mais importantes seria a transparência da sociedade brasileira de receber um relatório especial das Nações Unidas ouvindo as suas recomendações. Concordo plenamente que os dados do relatório precisam ser corretos.

Alguém mencionou que o Brasil precisa aprender do próprio Brasil. A realidade é que as únicas forças que de fato podem mudar as coisas no Brasil são vocês que estão aqui. O meu papel como Relator Especial é apenas enfatizar as questões mais problemáticas e agir como um catalisador para ações mais sustentadas no Brasil.

Esta tarde, eu falarei mais especificamente sobre muitos dos assuntos que foram tratados aqui, mas vou entrar em alguns detalhes sobre eles agora.

Foi mencionada a impunidade relativa da Polícia Militar. Não há dúvida nenhuma de que as estatísticas representam que o sucesso nos inquéritos policiais conduzidos pela Polícia Civil é impressionantemente baixo. Acredito que os chamados autos de resistência são apenas eufemismos para casos de execução por



policiais. No meu relatório final, vou analisar algumas idéias segundo as quais esses autos de resistência na realidade iniciam uma cadeia que torna bastante improvável que os inquéritos cheguem a uma solução eficaz.

Foi dito que uma das formas para melhorar seria que as pessoas que defendem os direitos humanos agissem de modo independente do Governo. O problema é que a Constituição de 1988 diz que o próprio Governo deve promover e defender os direitos humanos, não seria possível tercerizar isso.

Alguns Deputados mencionaram a militarização das forças policiais. Eu ouvi de muitas pessoas com quem conversei sobre a guerra que está em andamento. Com relação a isso, também tenho a visão de que grande parte da opinião pública apóia essas grandes operações para matar criminosos.

Esta tarde, vou tentar ver essas questões na hora em que fizer os meus comentários e vou falar um pouquinho mais sobre isso quando analisar especificamente a questão da invasão do Complexo do Alemão.

Foi mencionada por vários Deputados a questão dos presídios. É uma questão muito importante no Brasil que tem sido negligenciada. Isso inicia uma cadeia de reação que passa por toda a sociedade.

Pessoalmente, visitei a cadeia de detenção provisional em São Paulo. A superpopulação lá é de 3 vezes o número de vagas existentes. Pude constatar com meus próprios olhos e também falando com os internos que de fato a situação é muito ruim.

Este é meu último comentário. Podemos analisar a questão dos presídios de 2 modos diferentes. Primeiro do ponto de vista dos defensores dos direitos humanos: os bandidos não podem sofrer esse tipo de tratamento. Sou um dos que pensam assim. A pessoa não pode ser tratada de modo desumano só pelo fato de ter sido condenada. A sociedade brasileira não apóia esse tratamento desumano dos internos.

Vamos agora à segunda ótica, a daquele indivíduo que diz que os presos de fato merecem tudo o que recebem, que não importa a situação deles nos presídios. O problema é que essa situação acaba piorando, as pessoas que sofrem abusos acabam causando aumento da violência. A superpopulação dos presídios torna os presos mais agressivos, e o fato de sofrerem essa opressão faz com que a



criminalidade aumente fora dos presídios. Então, mesmo que você não se importe com a situação do preso em si, é preciso cuidar dessa situação para proteger a si mesmo quando você não está dentro do presídio.

Encerro, agradecendo a esta Comissão pela excelente oportunidade e aos meus intérpretes. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Luiz Couto) - Também agradeço e lhe entrego uma síntese da ação dos grupos de extermínio.

Agradecemos ao Dr. Philip Alston, Relator Especial da ONU sobre Execuções Extrajudiciais, Sumárias ou Arbitrárias, e a todos os presentes.

Está encerrada a presente audiência pública.